

O presente ensaio se debruça sobre o argumento desenvolvido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben de que o governo, entendido como administração de coisas e pessoas, constitui-se no paradigma fundante do poder nas contemporâneas sociedades ocidentais. As raízes deste paradigma seriam, em sua interpretação, de natureza teológica: as relações estabelecidas, na moderna teoria política, entre governo e Estado, soberano e ministro, corresponderiam estruturalmente ao vínculo que une providência geral e providência especial nas especulações dos teólogos do cristianismo acerca da “economia” do governo divino sobre o mundo, instanciadas nas querelas sobre a natureza da trindade. Procurou-se testar a validade do argumento a partir da investigação da presença desta concepção de governo na filosofia do período que investiga – a Idade Média – e a correspondente presença, no período, de uma importação deste vocabulário teológico específico para a esfera política. A pesquisa encontrou no *De Regno*, de Tomás de Aquino, indícios desta importação conceitual. Posteriormente, traçaram-se alguns comentários sobre o que Agamben classifica como a “prevalência do governo” como forma de poder no ocidente hodierno tendo como base o material consultado em nossa investigação.